

Pronunciamento do Superintendente da SUFRAMA,
Dr. Mauro Ricardo Machado Costa, na 175ª reunião
do Conselho de Administração, em 03 de março de
1997, no Teatro Amazonas.

Exmo. Sr. Martus Rodrigues Tavares, Secretário Executivo do
Ministério do Planejamento e Orçamento, representante do
Ministro Antonio Kandir;
Senhores Governadores...,
Ilmo. Sr. Samuel Hanan, Secretário de Fazenda do Estado do
Amazonas, representante do Governador Amazonino Mendes,
Senhores Representantes...,
Senhores Prefeitos...,
Senhores Conselheiros,
Autoridades Presentes,
Senhoras e Senhores.

Estamos vivendo uma época singular na história do Projeto
Zona Franca de Manaus. Não apenas pelo fato de presenciarmos
os 30 anos do modelo, mas sim porque se descortina, diante de
todos os agentes econômicos da Amazônia Ocidental, uma época
de decisões e ações estratégicas para o futuro do modelo.
Entretanto, para compreendermos a natureza especial desse
momento, faz-se mister primeiro considerarmos a evolução que
culminou no cenário atual.

A Zona Franca de Manaus teve como motivo central de sua
criação a necessidade de integração da Amazônia Ocidental à base

econômica nacional, resgatando a situação de estagnação e falta de perspectivas em que estava mergulhada a população dessa sub-região após a crise geral do regime-extrativista e ocupando parte de um território que, de outro modo, representaria um sério desafio à soberania nacional. Para tanto, implantou-se um pólo industrial, comercial e agropecuário em Manaus à base da concessão de incentivos fiscais à produção e atribuindo o risco empresarial à própria iniciativa privada, mas dentro de um ambiente macroeconômico protegido à concorrência dos produtos estrangeiros, o que se justificava plenamente na época, visto que o esforço de substituição de importações somente poderia ser bem sucedido se primeiro lhe propiciassem condições favoráveis de rápida capitalização dos recursos oriundos da renúncia fiscal.

Como resultado dessa política, erigiu-se em Manaus um parque fabril de bens incorporadores de moderna tecnologia, representado por 25 subsetores que hoje produzem, por exemplo, mais de 9 milhões de televisores, 2,8 milhões de videocassetes, 3 milhões de aparelhos de áudio, 1,4 milhão de fornos de microondas, 109 milhões de compact-discs, 1,2 milhão de veículos de duas rodas, 215 mil computadores, 9 milhões de relógios, além de uma enorme variedade de componentes metálicos, termoplásticos, eletroeletrônicos e mecânicos. A ZFM atingiu, segundo as estatísticas mais recentes, um faturamento global de 13,2 bilhões de dólares, empregando um contingente de 50 mil trabalhadores diretos, a um salário médio, em termos reais, 33% maior do que o praticado em 1990, mais 250 mil indiretos no setor terciário (comércio, serviços de câmbio, seguros, passagens aéreas, publicidade, etc.) e 5 mil terceirizados nas áreas de serviços gerais de apoio (limpeza, alimentação, segurança, etc.). A ZFM

possibilitou a formação de uma base tributária regional hoje responsável por 1,2 bilhão de reais em impostos e contribuições federais, 1,2 bilhão de reais de ICMS para o Estado do Amazonas e mais de 400 milhões de reais em tributos municipais para Manaus.

As estatísticas precedentes impressionam, mas gostaríamos de acrescentar a elas alguns indicadores que permitem visualizar o impacto positivo da ZFM sobre a sub-região ao longo desses 30 anos. A participação do PIB a custo de fatores da Amazônia Ocidental no PIB a custo de fatores brasileiro saltou de 0,97% em 1970 para 2,22% em 1996, representando um crescimento de 129%. No mesmo período, em Manaus, o consumo residencial de energia elétrica cresceu mais de 2 mil por cento; de 1975 a 1996, o número de ligações domiciliares de água em Manaus cresceu 300%; o número de alunos matriculados na rede escolar (em todos os níveis) deste município cresceu quase 800% de 1975 a 1996; a quantidade total de telefones residenciais e comerciais cresceu em mais de 2 mil por cento no período 70/96. Comparando-se tais números com o incremento demográfico em Manaus, no período 1970-1996 - da ordem de 75%, vê-se facilmente como a qualidade da infra-estrutura social melhorou desde o período inicial da vigência do modelo ZFM.

Ressalte-se, ainda, que os recursos transferidos pela SUFRAMA a entidades federais, estaduais e municipais, através de convênios, viabilizaram, entre outras obras, a construção do *campus* da Universidade Federal do Acre e a construção de parte do *mini-campus* da Universidade do Amazonas, além da operacionalização das unidades do antigo CEAG - Centro de

Apoio Gerencial à pequena e média empresa - nos estados da Amazônia Ocidental, sementes dos atuais núcleos estaduais do Sistema SEBRAE - Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas - na sub-região.

Com o advento da Nova Política Industrial e de Comércio Exterior, em 1990, a qual consistiu numa ampla e veloz abertura do mercado interno brasileiro à concorrência de similares estrangeiros, muitos acreditaram que se tratava do fim da Zona Franca de Manaus. De fato, ela sofreu sensíveis impactos negativos, como a redução do volume global de empregos e do nível de produção de alguns bens. Porém, as opiniões pessimistas ignoraram por completo a capacidade empresarial aqui instalada, a qual não se intimidou com os desafios impostos pela nova ordem internacional e tratou de fazer uma impressionante reconversão das plantas industriais, incorporando bens de capital mais modernos, redesenhando processos inteiros de manufatura, investindo fartos recursos em treinamento da mão-de-obra e controle de qualidade de processo e de produto. E para a surpresa dos críticos da Zona Franca, esta experimentou no período 1993-1996 um crescimento ímpar, calcado não apenas no largo incremento da produtividade, mas também no sucesso do Plano Real, o qual, ao eliminar a perversa distorção inflacionária outrora reinante no Brasil, permitiu uma melhoria substancial no perfil de consumo de todas as camadas sociais do país, estabelecendo entre elas e a ZFM uma sólida relação cliente-produtor.

Isto não significa dizer que todos os desafios já foram superados com sucesso pelo modelo. Os dois principais objetivos, tanto da SUFRAMA quanto dos Governos das três esferas, quanto

dos empresários e trabalhadores, deverão ser: **(1)** a busca de parâmetros internos de competitividade compatíveis com o referencial do mercado mundial e que possibilitem a sobrevivência da ZFM após o ano 2013 e **(2)** o planejamento e implementação de mecanismos de difusão dos benefícios sócio-econômicos do modelo ZFM para toda a Amazônia Ocidental.

Tendo em vista o alcance dos 2 objetivos, a atual gestão da SUFRAMA percebeu a urgente necessidade de repensar todas as suas áreas de atuação, e o fez, através do seu Plano de Ação de 1996, contemplando a transição de um paradigma institucional administrador de incentivos para outro, promotor de investimentos. No referido Plano de Ação, foram identificadas diversas ações fundamentais para se conseguir tal transformação.

A primeira foi contratar um estudo de competitividade dos produtos industrializados na ZFM, estando o mesmo em fase de realização pela Fundação Universidade do Amazonas e pela FUCAPI - Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica. Outro estudo que está em andamento, sob a responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas / ISAE - Instituto Superior de Administração e Economia da Amazônia, objetiva, entre outras coisas, a elaboração de um *score* técnico de classificação das potencialidades regionais. De posse dos resultados de ambos os estudos, a SUFRAMA passará a exercer um papel pró-ativo no processo de captação de investimentos para a região, isto é, através da concepção de uma renovada estrutura organizacional, disporá de recursos humanos e materiais para negociar com investidores potenciais, nacionais ou estrangeiros,

mostrando a eles as vantagens comparativas em se produzir na ZFM.

É do conhecimento de todos aqueles que trabalham com a ZFM que ainda subsistem enclaves infra-estruturais que encarecem e dificultam o alcance de padrões de competitividade maiores para os produtos *made in ZFM*, particularmente no que tange aos setores de energia elétrica e transportes fluvial e rodoviário. Elencamos algumas obras indispensáveis de infra-estrutura e contempladas no Programa “Brasil em Ação”; do Governo Fernando Henrique Cardoso, coordenado pelo Ministro do Planejamento e Orçamento, Antonio Kandir, destinadas a equacionar essa questão:

(a) balizamento e melhoria da navegabilidade do Rio Madeira, criando um corredor de escoamento dos produtos da ZFM para o Centro-Sul, além de viabilizar a exportação de *commodities* agrícolas e agroindustriais, como o óleo de soja; (b) conclusão da rodovia BR-174, permitindo o acesso mais fácil aos mercados da América Central e do Norte; (c) recuperação das rodovias BR-364 e BR-163, fundamentais para a integração regional; e (d) o aproveitamento do gás natural de Urucu para fins energéticos.

Para a SUFRAMA, também são prioritárias as seguintes obras: recuperação da rodovia BR-319; modernização do porto de Porto Velho, já iniciada; construção do Porto de Itacoatiara, obra já concluída; construção de um novo Porto de Cargas em Manaus, além das instalações definitivas do EIZOF, agregando instalações retro-portuárias e de armazenagem de containers, cuja localização ainda está sendo decidida pela Autarquia, tendendo a se tornar, também, um grande centro atacadista de mercadorias importadas.

Além do equacionamento dos gargalos infra-estruturais, a SUFRAMA reconhece a importância estratégica e está disposta a apoiar, direta ou indiretamente, ações públicas e privadas nas seguintes áreas: (1) investimento em Ciência & Tecnologia, em especial quando vinculados à resolução de problemas técnicos de produção dos subsetores incentivados; (2) programas de educação fundamental e de capacitação profissional capazes de gerar um paradigma de excelência na qualificação da mão-de-obra local.

Ainda como parte da sua política de fortalecimento do modelo ZFM, a SUFRAMA está elaborando o novo formato do seu PROEX - Programa de Exportações, de modo a criar benefícios realmente atrativos que estimulem o incremento do coeficiente global de exportações da ZFM, gerando mais divisas para o Brasil.

Com relação ao objetivo da interiorização dos efeitos positivos da ZFM para a Amazônia Ocidental, além das obras de infra-estrutura supracitadas, destacamos algumas ações contempladas no bojo do programa de fortalecimento da ZFM:

- apoio à implantação de projetos industriais e agroindustriais no interior da Amazônia Ocidental e Amapá, desde que vinculados à economia regional;
- dotação de infra-estrutura humana e material para o fomento as micro e pequenas empresas no interior da sub-região;
- apoio a pesquisas e exploração das seguintes atividades: fruticultura, beneficiamento de essências tropicais, fármacos florestais, construção naval, piscicultura, madeira, movelaria,

artesanato local e ecoturismo, desde que calcadas em parâmetros legais de preservação ambiental e auto-sustentabilidade.

Outro tópico de apreciável importância consiste na recente aprovação, pela SUFRAMA, da Política para o Setor Agropecuário na Amazônia Ocidental, articulada em três políticas específicas: 1- fomento a empreendimentos rurais, estudos técnicos e projetos de base tecnológica para o setor em toda a Amazônia Ocidental; 2- regularização jurídica e fundiária das áreas do Distrito Agropecuário da SUFRAMA e implantação de projeto de colonização em grupo baseado na experiência bem sucedida da Malásia; e 3- regularização jurídica, fundiária e ambiental do território da Ilha da Marchantaria e da Área de Expansão do Distrito Industrial de Manaus.

Cabe relatar que a SUFRAMA está modificando a sistemática de controle de mercadorias na sub-região através da implantação do Projeto "Portal da Amazônia", em Vilhena-RO e de um sistema informatizado de anuência da Licença de Importação interligado ao SISCOMEX - Sistema Integrado de Comércio Exterior, adequando-se à exigência da unificação do controle do comércio exterior brasileiro.

Todas as ações mencionadas anteriormente já estão em pleno processo de realização, e, com certeza, mudarão a face da Zona Franca de Manaus e da Amazônia Ocidental. Mas há outros motivos concretos para que os habitantes da sub-região se orgulhem do modelo ZFM e que justifiquem nossa afirmação inicial de que ele ingressa numa nova era. O primeiro é que a atual administração da SUFRAMA, imbuída de elevado senso de

compromisso com o modelo, permitiu a regularização do ritmo de reuniões do presente Conselho - 3 só em 96 -, aprovando neste período, um total de 74 projetos, sendo 16 de implantação e 58 de ampliação / atualização / diversificação, totalizando um valor de investimentos previstos na ordem de US\$ 705,8 milhões e um volume de 11.487 novos empregos diretos.

Em segundo lugar, analisando a composição dos projetos de investimentos aprovados, constatamos um crescimento do processo de verticalização no parque industrial incentivado, no qual as empresas não apenas montam os bens finais como, também, fabricam uma gama cada vez maior de componentes desses bens finais. Este fenômeno reforça a impressão de que o caminho natural para consolidar os subsetores aqui operantes é o adensamento das cadeias produtivas, desde que respaldadas em sólidos parâmetros de competitividade, repassando aos consumidores finais, brasileiros ou estrangeiros, produtos com o binômio baixo preço / alta qualidade. Destacamos aqui a posição estratégica que ocupa o projeto recém-aprovado da fábrica de cinescópios do Grupo Samsung, pleito de mais de 20 anos e que representa uma conquista de toda a população do Amazonas.

Ao completar 30 anos de implantação, o Projeto ZFM apresenta-se de forma inequívoca como o modelo de desenvolvimento regional de maior sucesso implementado pelo Governo Federal, maduro o suficiente para, na atual conjuntura mundial, enfrentar o que talvez seja o seu maior desafio - a capacidade de se ajustar ao dinamismo da nova ordem econômica internacional.

Finalizando, gostaria de agradecer a parceria de todos os agentes econômicos e institucionais, os quais permanentemente aplicam suas energias físicas e mentais na construção de um futuro mais próspero para a população da Amazônia Ocidental. Aos governos - federal, estaduais e municipais -, obrigado pela colaboração amistosa e constante. Aos empresários, obrigado pela sua capacidade de inovação diante das adversidades e por continuarem acreditando nesta terra. Aos trabalhadores, obrigado pela árdua labuta travada no cumprimento diário de seus deveres. À sociedade da Amazônia Ocidental, enfim, meu muito obrigado por creditar à nossa gestão uma sólida confiança, a qual procuraremos retribuir com nosso empenho e sacrifício.